

CATEGORIAS DE INFORMAÇÕES EVIDENCIADAS NOS RELATÓRIOS ANUAIS

THE CATEGORIES OF DISCLOSURE INFORMATION IN THE ANNUAL REPORTS

Vanderléia dos Santos Silva

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS – Brasil

Clea Beatriz Macagnan

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – RS – Brasil

Resumo: Este artigo teve como objetivo identificar as categorias e as subcategorias de informações evidenciadas nos relatórios anuais das empresas, classificadas como: nível 1, nível 2 e Novo Mercado de governança corporativa, no mercado de capitais brasileiro, pela BM&FBovespa. Desenvolveu-se uma análise de conteúdo, com base nas evidências qualitativas dos relatórios anuais das companhias, correspondente ao exercício encerrado de 31/12/07, publicados e coletados até o período de junho de 2008. Constatou-se que a maioria das empresas apresentam seus relatórios anuais com conteúdo claro, objetivo e adequado. Evidenciam itens obrigatórios, segundo a Lei nº 6.404/76 e os recomendados pela Comissão de Valores Mobiliários, conforme orientação nº 15/87. A pesquisa constatou que foram divulgadas informações de natureza voluntárias, o que indicaria comprometimento das companhias em informar a realidade do negócio e minimizar a problemática de assimetria de informação. Isso leva a inferir uma preocupação dos gestores em minimizar possíveis conflitos de agência entre esses e acionistas ou investidores.

Palavras-chave: teoria da agência – governança corporativa – evidenciação contábil – relatório anual.

Abstract: This paper identifies the categories of disclosure information in the annual reports of the companies, classification like levels 1 and 2 and New Market of BM&FBovespa. The information analyze of the annual reports of the companies, corresponding to the contained exercise of 31/12/07, published and collected in June of 2008. It was verified that most of the companies presents their annual reports with clear, objective and appropriate, disclosure obligatory items of the Law no. 6.404/76 and recommended them by CVM with orientation no. 15/87. Also recognized categories of voluntary nature information, whose information portray the compromising of the companies in informing the reality of the business. That could demonstrate to the shareholders or the investors, transparency and equalitarian rights they decision, since it comes to reduce the asymmetry information among the interested parties.

Keywords: agency theory - corporate governance - accounting disclosure - annual report.

Introdução

Atualmente, o mercado de capitais enfrenta volatilidade devido aos aspectos econômico-financeiros que estão refletindo em todo o mundo. Nesse contexto, as companhias precisam ir além das expectativas para atrair investidores. Esses estão cada vez mais focados na possibilidade de retorno do capital investido,

que prepondera sobre a credibilidade da empresa perante o mercado e as políticas internas de transparência das informações divulgadas. Podem ser adotados distintos meios ou formas para evidenciar, mas o que deveria ser levado em consideração é a qualidade das informações demonstradas. Esta pesquisa objetivou identificar as categorias e as subcategorias de informações evidenciadas pelas empresas que participam dos níveis de governança corporativa da BM&FBOVESPA, no exercício social de 2007.

Após essa introdução, apresenta-se o segundo capítulo que aborda os pressupostos da teoria de agência que fundamentam a análise das evidências. Na sequência, é apresentada uma descrição sobre os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. A continuação é apresentada a análise das evidências. Finaliza-se o artigo com as considerações gerais, limitações da pesquisa e recomendações para estudos, a partir dos resultados obtidos.

Pressupostos teóricos da pesquisa

Novos olhares sobre as organizações possibilitaram melhor entendimento sobre sua complexidade nas últimas décadas. A empresa passa a ser vista como uma rede de contratos. Partindo desse pressuposto, Jensen e Meckling (1976) apresentam as bases da teoria de agência, que estuda as relações contratuais. Essas relações são construídas pelo principal, que transfere o controle a outra parte contratual, denominada agente. As relações contratuais se estabelecem motivadas por relações de ganhos. Entretanto, nesses relacionamentos contratuais podem aparecer problemas de agência. Os problemas de agência teriam seus fundamentos na: “(1) assimetria de informação; (2) conflitos de interesses; e (3) distinta disposição em assumir o risco” (MACAGNAN, 2007, p. 47).

A assimetria de informação ocorre quando o agente e o principal possuem diferentes níveis de informação, ou seja, quando uma parte dos indivíduos possui melhor situação informacional do que a outra. Dessa assimetria de informação, consequentemente, surgem dois tipos de problemas: a seleção adversa e o risco moral. A seleção adversa ocorre antes que a transação aconteça e o risco moral, depois que a transação é efetuada. O primeiro caso aconteceria sempre quando uma das partes envolvidas numa relação contratual tivesse maior conhecimento informacional que a outra parte. Na medida em que a parte interessada não tem acesso a informações que diferenciem um produto/serviço de outro, sua provável decisão de compra seria a de atribuir respectivamente o mesmo valor. Assim, evidenciar informações oportunizaria uma diferenciação entre produtos/serviços que estivessem sendo objeto de contrato, oportunizando valorização diferenciada.

Já o risco moral estaria relacionado ao comportamento adotado pelo agente contratado para atuar em nome do principal no processo de gestão da empresa. O agente poderia atuar de forma a privilegiar seus interesses em detrimento dos do principal. Mesmo que estas divergências não sejam significativas, uma das partes poderia sair prejudicada. É “comum haver empregados que se aproveitam dos

recursos materiais da empresa ou que alocam seus esforços de maneira inadequada no sentido de satisfação do interesse do empregador, como, por exemplo, diminuição do desempenho e falta de comprometimento" (Kimura, Lintz e Suen, 1998, p.21). Assim, a evidenciação de informações, seja de forma obrigatória ou voluntária, reduziria a problemática de conflitos de interesse. Já o terceiro problema de agência estaria relacionado à disposição de assumir o risco, característica que diferencia o principal e o agente. Isso porque a disposição de assumir risco varia segundo benefícios e possibilidades de perdas. Enquanto o investidor demonstra maior capacidade de risco, o gestor se define por limitar suas perdas.

Dos referidos problemas surgem custos de agência. Esses custos são relacionados à separação do controle da propriedade. Em outras palavras, "gastos incorridos na prevenção e resolução de conflitos, ou seja, aqueles associados à contratação entre as partes, bem como perdas resultantes das atitudes oportunistas do agente" (Kassai, Kassai e Nossa, 2000, p.1). Esses custos podem ser retratados por relatórios internos, auditorias internas e externas, visitas frequentes na empresa, dentre outros procedimentos para evitar divergências e aumentar a transparência entre os indivíduos e suas respectivas organizações.

Em teoria, a evidenciação de informação seria um mecanismo de redução de custos de agência. No entanto, estas informações precisam ser fundamentadas e relevantes, caso contrário podem ser invalidadas, por não possuírem bases. Isso dificultaria aos investidores a tomada de decisão favorável à aquisição ou à manutenção das ações da empresa (MACAGNAN, 2008). Não se limitando à regulamentação dos diversos órgãos reguladores, através de uma política de governança corporativa, as empresas evidenciam de forma voluntária informações que entendem pertinentes aos investidores e demonstram que o agente estaria trabalhando segundo interesses do principal (acionistas e investidores). A governança corporativa pode ser definida como um "conjunto de mecanismos internos e externos que visam a harmonizar a relação entre gestores e acionistas, dada a separação entre controle e propriedade" (Silveira, 2002, p. 1). Nesse sentido, a governança é um mecanismo que tem como objetivo assegurar os interesses dos usuários, mantendo, assim, uma redução da assimetria de informações na relação contratual. São reconhecidas duas modalidades de evidenciação de informação: (1) voluntária e (2) obrigatória. Enquanto a primeira segue a orientação política do sistema de governança da corporação, a segunda é definida por órgãos reguladores das diversas instituições nacionais e internacionais. À evidenciação de informações obrigatórias, no contexto brasileiro, em 1995, foi aprovada a Resolução do CFC nº 785. Essa Resolução aprovou a NBC-T-1, retratando as características das informações contábeis. Esta resolução orienta que:

a) A contabilidade, na sua condição de ciência social, cujo objeto é o patrimônio, busca, por meio da apreensão, da quantificação, da classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e de relato das mutações sofridas pelo patrimônio da entidade particularizada, a geração de informações quantitativas e qualitativas sobre ela, expressas tanto em termos físicos, quanto monetários.

b) As informações geradas pela contabilidade devem propiciar aos seus usuários base segura às suas decisões, pela compreensão do estado em que se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

c) A informação contábil se expressa por diferentes meios, como demonstrações contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos, livros, planilhas, listagens, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros utilizados no exercício profissional ou previstos em legislação.

Com vistas a assegurar a qualidade das informações disponibilizadas pelas companhias, o legislador e os órgãos de regulamentação passaram a desenvolver esforços na definição das informações prestadas nos demonstrativos contábeis, como o Relatório da Administração e Notas Explicativas (COLARES, 2004 e PONTE, 2004). Cada demonstrativo tem seu critério de apresentação, porém faz parte do conjunto estabelecido pela legislação, que auxilia os investidores e demais usuários no seu processo decisório. A Lei, por sua vez, busca a harmonização das informações, ou seja, tem o poder de compará-las entre si e entre empresas de distintos setores. As informações declaradas, conforme a legislação, às vezes, se tornam enfadonhas, pois possuem vocábulos técnicos que só os usuários com maior conhecimento na área contábil conseguem interpretar. Para tanto, faz-se necessário divulgar não somente aquelas informações estabelecidas pela legislação, mas também as com outros recursos adicionais e métodos de apresentação os quais requerem mais informações que os demonstrativos formais (GOULART, 2003; PIACENTINI, 2004).

As informações contábeis podem ser evidenciadas por distintas formas (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 1999), a saber:

- Demonstrações contábeis;
- Entre parênteses;
- Notas explicativas;
- Quadros e demonstrativos suplementares;
- Comentários no parecer de auditoria;
- Relatório da administração.

No Brasil, o relatório da administração é exigido pela Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, mais conhecida como Lei das Sociedades Anônimas. Entretanto, a Comissão dos Valores Mobiliários (CVM) é responsável por emitir recomendações e procedimentos para a sua apresentação. O relatório da administração “[...] representa um necessário e importante complemento às demonstrações contábeis publicadas por uma empresa, em termos de permitir o fornecimento de dados e informações adicionais que sejam úteis aos usuários em seu julgamento e processo de tomada de decisões”. (IUDÍCIBUS, GELBCKE e MARTINS, 2003, p.455). O relatório da administração deve ser publicado com as demonstrações contábeis tradicionais. Embora não faça parte delas, caracteriza-se como peça integrante das demonstrações financeiras, as seguintes informações:

- aquisição de debêntures de emissão própria (art. 55, § 2º);
- política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos, constantes de acordo de acionistas (art. 118, § 5º);
- negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo (art. 133, inciso I);
- modificações ocorridas durante o exercício nos investimentos em sociedades controladas e coligadas (art. 243).

Embora a Lei nº 6.404/76 exija a divulgação desses itens, há a percepção de que relatórios ainda não apresentam nível satisfatório de divulgação, ou seja, as informações não estariam sendo divulgadas de forma adequada (IUDÍCIBUS, GELBCKE, e MARTINS, 2003).

A CVM, por sua vez, pronunciou-se por meio do parecer de orientação nº15/87, de 28 de dezembro de 1987, recomendações de caráter facultativo, a inserção de alguns itens no relatório da administração:

a) Descrição dos negócios, produtos e serviços, no qual são tratados a atividade/ramo dos negócios ou segmentos de atuação, o *portfólio* ou linhas de produtos, o histórico das vendas físicas do período em questão e, respectivamente, o valor das vendas em moeda de poder aquisitivo da data de encerramento do exercício social.

b) Comentários sobre a conjuntura econômica, esse item refere-se a fatores, como: concorrência, atos governamentais e outros exógenos relevantes sobre o desempenho da companhia.

c) Recursos humanos: quantidade de empregados no término do exercício e nos dois últimos anos, segmentação da mão-de-obra conforme a localização geográfica; nível educacional; investimento em treinamento; fundos de seguridade; dentre outros planos sociais.

d) Investimentos: devem ser descritos os principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados.

e) Pesquisa e desenvolvimento: breve descrição dos projetos, recursos alocados, montantes aplicados e situação ou fase em que os projetos se encontram.

f) Novos produtos e serviços: mencionam-se os novos produtos, serviços e expectativas correspondentes a eles.

g) Proteção ao meio ambiente: retratam-se os objetivos dos investimentos e montante aplicado em projetos ambientais.

h) Reformulações administrativas: referem-se a mudanças administrativas, reorganizações societárias e programas de racionalização.

i) Investimentos em controladas e coligadas: relatam-se os tipos de investimentos realizados e os objetivos pretendidos com as inversões.

j) Direitos dos acionistas e dados de mercado: referem-se a políticas relativas à distribuição de direitos, sejam estes: transparência, igualdade e ainda

dividendos/ retorno do capital investido; desdobramentos e grupamentos; valor patrimonial por ação, negociação e cotação das ações em Bolsa de Valores.

k) Perspectivas e planos para o exercício em cursos futuros: poderá ser divulgada a expectativa da administração quanto ao exercício corrente e futuro; para tanto, devem ser mencionadas as premissas e os fundamentos explicitamente, e essas informações não precisam ser quantificadas, para não serem confundidas com as projeções.

l) Referente à companhia de participações, o relatório deve ser abrangente quanto às informações mencionadas, mesmo que de forma breve ou sucinta, relativas às empresas investidas.

Conforme o Parecer de Orientação nº 15/87 da CVM, o relatório da administração “deve ser redigido com simplicidade de linguagem para ser acessível para o maior número de pessoas”. Já a Lei nº 11.638/07, que foi promulgada em 28 de dezembro de 2007, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2008, tem por objetivo alterar e introduzir novos dispositivos na Lei nº 6.404/76 mais conhecida como a Lei das Sociedades por Ações. Foram contempladas as seguintes mudanças quanto à forma de apresentação das demonstrações:

- a demonstração das origens e aplicações de recursos é substituída pela demonstração dos fluxos de caixa (art. 176, nova redação Lei nº 11.638/07);
- se a companhia for aberta, deve-se incluir a demonstração do valor adicionado – DVA (Incluído pela Lei nº 11.638/07).

Contudo, o Relatório da Administração continua como um complemento das demonstrações contábeis tradicionais, com as notas explicativas e parecer do auditor. Já que a Lei nº 11.638/07 não fez alteração em relação ao Relatório da Administração, o que é estabelecido pela Lei nº 6.404/76 permanece inalterado.

Quanto à apresentação do Relatório da Administração (IUDÍCIBUS, GELBCKE, e MARTINS, 2003), deveriam ser considerados os seguintes aspectos na sua elaboração:

- análise corporativa: todas as atividades da companhia, ou seja, estas informações numa perspectiva global;
- análise setorial: maior detalhamento de informações sobre as atividades de ramos ou dos segmentos individuais;
- análise financeira: considerando os resultados e a posição financeira da companhia.

O relatório da administração deveria apresentar conteúdos relevantes e destacar os principais fatos do período, a atividade da empresa, seus negócios sociais, política de distribuição de dividendos, de investimentos em outras empresas, entre outros (ABREU; RODRIGUES; SILVA, 2004). “Esse relatório engloba normalmente informações de caráter não financeiro que afetam a operação da empresa” (Iudícibus, 2004, p.128). O mesmo, por ser descritivo e menos técnico, permite aos usuários uma maior compreensão, “além de servir como elemento preditivo da evolução e dos resultados futuros da empresa” (Iudícibus, Gelbcke e Martins, 2003, p.455). Pode-se observar que o relatório da

administração é um importante meio de comunicação com o mercado financeiro, à medida que poderia influenciar decisões e contribuir para a redução de assimetria de informação e, por consequência, a melhoria da eficiência do mercado de capitais.

Metodologia

A população desta pesquisa é configurada pelas companhias de capital aberto, participantes do sistema de governança corporativa da Bovespa, num total de 165 (cento e sessenta e cinco) empresas, classificadas em três níveis: nível 1 composto por 44 (quarenta e quatro) empresas; nível 2 composto por 16 (dezesseis) empresas; e novo mercado, composto por 104 (cento e quatro) empresas. Optou-se por excluir da amostra os bancos e as seguradoras, que representavam 24 (vinte e quatro) empresas, por se tratarem de companhias com legislação específica quanto ao tratamento e à evidência contábil. Também foram excluídas 94 (noventa e quatro) companhias por não disponibilizarem os relatórios anuais nas suas respectivas páginas eletrônicas disponibilizadas na Internet. Assim, a amostra final compreende 47 (quarenta e sete) companhias participantes dos níveis de governança corporativa. Um dos requisitos para a definição da amostra: a disponibilização dos relatórios anuais do exercício findo em 31/12/2007, nas páginas eletrônicas das companhias na Internet, até o período de junho de 2008. Portanto, para realização desta pesquisa foram utilizados 47 (quarenta e sete) relatórios anuais, de diferentes companhias de distintos setores e níveis de governança corporativa da Bovespa.

A coleta dos relatórios anuais foi obtida através do acesso da página eletrônica da Bovespa na Internet, no intuito de identificar as empresas participantes dos diferentes níveis de governança corporativa. Na sequência, foi acessada a página eletrônica na Internet de todas as empresas listadas nos níveis diferenciados de Governança Corporativa da Bovespa, identificando o relatório anual disponibilizado.

Feita a coleta dos relatórios anuais, foi desenvolvida a análise de conteúdo caracterizada por duas etapas. A primeira etapa constituiu-se pela análise sobre o conteúdo abordados nos sumários dos relatórios anuais das respectivas empresas, o que possibilitou a construção de categorias de informações. A segunda etapa foi configurada pela leitura de todos os relatórios, o que possibilitou identificar subcategorias de informações. O agrupamento de categorias e das subcategorias foi realizado com base na análise semiótica, numa perspectiva não ortodoxa. Semiótica é a ciência dos signos. Signos evidenciados nos relatórios anuais possibilitaram a identificação de diferenciações e de similitude de sentido, o que oportunizou a classificação dos mesmos em categorias e subcategorias de informações evidenciadas pelas empresas da amostra.

Análises das evidências

Categorias e subcategorias de Informações

A análise de conteúdo dos relatórios anuais das empresas, que cotizam na Bovespa, possibilitou a identificação de 15 categorias de informações evidenciadas e sua incidência na amostra como se pode visualizar no Quadro 1. Essas 15 (quinze) categorias de informações evidenciadas pela análise das evidências reúnem 90 (noventa) subcategorias de informações.

Categoria	Nº de Subcategorias
1 Mensagem Presidência	10
2 Perfil Corporativo	6
3 Missão / Visão / Valores / História	4
4 Desempenho Econômico - Financeiro	6
5 Desempenho Operacional	4
6 Desempenho Vendas	5
7 Estratégias e Perspectivas	5
8 Mercado Capitais	5
9 Governança Corporativa	5
10 Recursos Intangíveis	6
11 Gestão Riscos	4
12 Recursos Humanos	10
13 Responsabilidade Social	5
14 Responsabilidade Ambiental	5
15 Demonstrações Financeiras	10
Total	90

Quadro 01: Categorias de Informações.

Das categorias, a Mensagem da Presidência, a de Recursos Humanos e as Demonstrações Financeiras foram as que apresentaram maior diversidade de informações, o que levou a criar maior número de subcategorias de informações evidenciadas. As demais mantiveram uma média de cinco subcategorias. Na sequência, apresentam-se as categorias e as respectivas subcategorias construídas a partir da análise, seguindo a ordem apresentada no quadro acima.

1 - Mensagem da Presidência

Abrange de uma forma geral o relato do Presidente da Companhia.

Categoria	Subcategorias
1. Mensagem Presidência	Aspectos Econômicos
	Aspectos Financeiros
	Setor de Atuação
	Portfolio
	Aprimoramento
	Perspectivas e Estratégias
	Investimentos
	Novos Mercados
	Sustentabilidade
	Reconhecimento

Quadro 02: Categoria Mensagem Presidência e subcategorias.

- Aspectos econômicos – referem-se à empresa diante do mercado e explicitando a forma que o mercado influencia as atividades da empresa;
- Aspectos financeiros – informam: a rentabilidade, lucratividade, capacidade de geração de caixa e perfil do endividamento;
- Setor de atuação – retrata as tendências do setor, o posicionamento da empresa no setor e a competitividade da empresa;
- Portfólio* – relata as linhas de produtos que a empresa possui e características dos mesmos;
- Aprimoramento – revela se a empresa possui tecnologia da informação, pesquisa e desenvolvimento;
- Perspectivas e estratégias – comentam as perspectivas da empresa perante o mercado e se está conseguindo atingir as metas estabelecidas, tanto comerciais, quanto as de produtividade e capacidade instalada (gestão de processos);
- Investimentos – apresentam informações sobre as aquisições com fins lucrativos;
- Novos mercados – declaram a expansão da empresa para outros segmentos atuação e regiões de comercialização;
- Sustentabilidade – relata se a empresa possui projetos nas áreas social, cultural e ambiental;
- Reconhecimento – explana sobre o reconhecimento da sociedade pelo trabalho executado, com e sem fins lucrativos.

2- Perfil Corporativo

Esta categoria caracteriza-se pela descrição da companhia.

Categoria	Subcategorias
2. Perfil Corporativo	Organograma da Empresa
	Tempo de atuação no mercado
	Atividades
	Estrutura
	Cliente
	Investimentos

Quadro 03: Categoria Perfil Corporativo e subcategorias.

- Organograma da empresa – revela a estrutura hierárquica da empresa;
- Tempo de atuação no mercado – descreve quantos anos a empresa encontra-se atuando no mercado.
- Atividades – retratam o modelo de negócio, o ramo de atividades da empresa e as características dos produtos ofertados.
- Estrutura – expõe a quantidade de unidades industriais e a localização das mesmas.
- Cliente – o perfil dos consumidores.

• Investimentos – relatam se a empresa está fazendo investimentos internos dentro das atividades existentes, ou seja, aperfeiçoando e inovando.

3 – Missão, Visão, Valores e História

Esses itens caracterizam-se por abordar todos os princípios da companhia e a sua história ao longo dos anos.

Categoria	Subcategorias
3. Missão / Visão / Valores / História	Missão
	Visão
	Políticas internas e externas
	Evolução

Quadro 04: Categoria Missão/ Visão/ Valores/ História e subcategorias.

- Missão – retrata o que a empresa se propõe a fazer e para quem, ou seja, o porquê de existir, o que faz (atividades) e para que tipos de clientes.
- Visão – esse item comenta a descrição do futuro desejado pela empresa.
- Políticas internas e externas – revelam os valores, princípios ou crenças que a empresa possui, para assim executar sua missão no direcionamento da visão.
- Evolução – caracteriza a evolução da empresa ao longo do tempo.

4 - Desempenho Econômico-Financeiro

Esta categoria caracteriza-se por apresentar o desempenho econômico e financeiro correspondente ao exercício findo da empresa.

Categoria	Subcategorias
4. Desempenho Econômico - Financeiro	Resultado do Exercício
	Composição do Resultado e EBITDA
	Crescimento Econômico
	Capital de Giro
	Endividamento
	Investimentos

Quadro 05: Categoria Desempenho Econômico – Financeiro

- Resultado do exercício – lucro ou prejuízo no exercício social.
- Composição do resultado e EBITDA – lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.
- Crescimento econômico – o crescimento das vendas e do lucro em relação ao período anterior.

- Capital de Giro – este item demonstra o valor monetário necessário para a empresa fazer seu negócio se realizar, isto é, o valor necessário para financiar as atividades do negócio.
- Endividamento – retrata o perfil do endividamento, a curto prazo ou de longo prazo.
- Investimentos – revelam se a empresa está conseguindo crescer e realizar novos investimentos.

5 - Desempenho Operacional

Esta categoria caracteriza-se por apresentar o desempenho da produção da empresa, no respectivo ano de atividade.

Categoria	Subcategorias
5. Desempenho Operacional	Capacidade Instalada
	Capacidade Utilizada
	Evolução da Produção
	Investimentos

Quadro 05: Categoria Desempenho Operacional

- Capacidade instalada – demonstra a capacidade total da empresa para produção;
- Capacidade utilizada – evidencia a capacidade de produção com relação à capacidade instalada;
- Evolução da Produção – explana o aumento ou a redução da produção em relação ao exercício social anterior;
- Investimentos – relatam se a empresa continua investindo em novos produtos, equipamentos, projetos para desenvolvimento de produtos ou tecnologias de equipamentos e estruturas de produção.

6 – Desempenho de Vendas

O item revela o desempenho das vendas.

Categoria	Subcategorias
6. Desempenho Vendas	Mercado Interno
	Mercado Externo
	Por Segmento
	Crescimento das Vendas
	Investimentos

Quadro 06: Categoria Desempenho de Vendas

- Mercado interno – demonstra o volume de vendas no país de origem da empresa.

- Mercado externo – expõe o volume de vendas para fora do país de origem da empresa (exportação).
- Por segmento – revela o volume de vendas por segmentos de produtos, por linhas de produtos e público-alvo.
- Crescimento de vendas – evidencia o crescimento das vendas em relação ao exercício anterior.
- Investimentos – comentam sobre aumento ou reduções em investimentos nas instalações, métodos comerciais e *marketing*.

7 - Estratégias e Perspectivas

Revelam o planejamento da companhia para desempenhos futuros.

Categoria	Subcategorias
7. Estratégias e Perspectivas	Cadeia de valor
	Dificuldades
	Oportunidades
	Metas
	Investimentos

Quadro 07: Categoria Estratégias e Perspectivas

- Cadeia de valor – informa uma série de atividades desde a relação com o fornecedor, dos ciclos de produção, venda até a venda para consumidor final;
- Dificuldades – apresentam as ameaças externa a que a empresa está exposta, bem como as fragilidades internas;
- Oportunidades – evidenciam as potencialidades internas da empresa e as oportunidades identificadas no mercado, em que a empresa pode vir a melhorar seu desempenho econômico, financeiro, social e ambiental;
- Metas – expõem de modo detalhado as ações necessárias para atender a missão e a visão da empresa;
- Investimentos – relatam se a companhia está investindo em desenvolvimento estratégico com perspectiva de crescimento.

8 - Mercado de Capitais

Este item demonstra como as ações da empresa se portam no mercado e a relação da mesma com seus investidores.

Categoria	Subcategorias
8. Mercado Capitais	Rentabilidade por Ação
	Comportamento da Ação
	Composição Acionária
	Pagamento de Dividendos
	Relacionamento com Investidores

Quadro 08: Categoria Mercado de Capitais

- Rentabilidade por ação – revela o ganho líquido da ação ou lucro líquido do período analisado;
- Comportamento da ação – retrata as oscilações das ações no período em questão, ou seja, o desempenho destas.
- Composição acionária – evidencia os investidores que possuem ações desta companhia;
- Pagamento de dividendos – informa se a companhia está pagando dividendos no final do período analisado para seus investidores;
- Relacionamento com investidores – demonstra se possui uma central de relacionamentos para os investidores, para fazer a intermediação entre empresa e investidores.

9 – Governança Corporativa

Esta categoria caracteriza-se por descrever a estrutura corporativa e a política de transparência e igualdade da empresa.

Categoria	Subcategorias
9. Governança Corporativa	Estrutura Organizacional
	Transparência e Igualdade
	Monitoramento das Atividades
	Normas Internacionais
	Nível de Governança na Bovespa

Quadro 09: Categoria Governança Corporativa

- Estrutura organizacional – revela a quantificação e qualificação dos membros (diretores, gestores e administradores) da organização;
- Transparência e igualdade – retratam a política de divulgação das informações;
- Monitoramento das atividades – identifica o controle geral da empresa por meio de auditoria interna e externa e sistemas informatizados;
- Normas internacionais – demonstram o modelo de Gestão, estando alinhado com os padrões internacionais;
- Nível de Governança Corporativa – retrata se a empresa é participante Nível 1, 2 e Novo Mercado de governança corporativa da BOVESPA.

10 - Recursos Intangíveis

Esta categoria caracteriza-se por apresentar os ativos imateriais que a empresa possui.

Categoria	Subcategorias
10. Recursos Intangíveis	Marca
	Capital Humano
	Tecnologia
	Meio Ambiente
	Indicador de Qualidade
	Investimentos

Quadro 10: Categoria Recursos Intangíveis

- Marca – informa o valor agregado ao reconhecimento da marca.
- Capital humano – retrata a valorização intelectual dos funcionários e demais membros estratégicos para empresa.
- Tecnologia – revela o desenvolvimento em pesquisa e em tecnologia.
- Meio ambiente – relata sobre o reconhecimento da companhia por preservar o meio ambiente.
- Indicador de qualidade – informa o valor agregado sobre a visão do cliente perante a empresa.
- Investimentos – evidenciam os investimentos em recursos intangíveis.

11 – Gestão de Riscos

Política de prevenção a fatores que possam influenciar no desempenho da empresa.

Categoria	Subcategorias
11. Gestão Riscos	Área de atuação
	Objetivos
	Método
	Tipos de Riscos

Quadro 11: Categoria Gestão de Riscos

- Área de atuação – informa onde são realizadas as prevenções contra os riscos, podendo atuar em: fornecedores, operacional, controles internos, financeiro, tecnologia, investimentos, câmbio, crédito e ambiental.
- Objetivos – revelam o motivo para tal gestão.
- Método – relata se a companhia apresenta o modo de como a empresa faz a gestão desses riscos.
- Tipos de riscos – referem-se a fraudes, perdas, falhas e vazamento de informações.

12 – Recursos Humanos

O item informa sobre a gestão de pessoas.

- Número de funcionários – total de funcionários do exercício.

- Perfil dos funcionários – retrata a quantidade de funcionários por faixa etária, nível de instrução, por região, gênero, raças e deficientes físicos.
- Evolução – evidencia a evolução em relação ao exercício anterior.
- Geração de empregos – relata a geração de novas áreas de emprego.
- Recrutamento – retrata a política de seleção de funcionários.
- Remuneração – revela a política de remuneração, ou seja, fixo ou variável de acordo com o desempenho da empresa.
- Segurança e Saúde – informa a política de qualidade de vida para os funcionários.
- Pesquisa de clima – demonstra o grau de satisfação do funcionário em relação à empresa.
- Comunicação – revela a disponibilização de informações para o coletivo.
- Investimentos – relatam os investimentos em qualificação dos funcionários como treinamentos, palestras, cursos de extensão, ou seja, o investimento da empresa no aprendizado do profissional.

Categoria	Subcategorias
12. Recursos Humanos	N.º de Funcionários
	Perfil dos Funcionários
	Evolução
	Geração de Empregos
	Recrutamento
	Remuneração
	Segurança e Saúde
	Pesquisa de clima
	Comunicação
	Investimentos

Quadro 12: Categoria Recursos Humanos

13 – Responsabilidade Social

Demonstra projetos desenvolvidos pela companhia para a sociedade.

Categoria	Subcategorias
13. Responsabilidade Social	Projetos
	Abrangência
	Quantificação
	Política
	Gastos

Quadro 13: Categoria Responsabilidade Social

- Projetos – informam os projetos existentes e futuros como creches, entidades sociais e escolas;
- Abrangência – relata os tipos de projetos;
- Quantificação – evidencia a quantidade de projetos e de pessoas assistidas;

- Política – demonstra se é utilizada como regra a responsabilidade social, ou seja, se a empresa estabelece a participação de funcionários, demais membros e sociedade;
- Gastos – retratam o valor monetário dos investimentos.

14 – Responsabilidade Ambiental

Contém informações sobre política de preservação ambiental.

Categoria	Subcategorias
14.Responsabilidade Ambiental	Projetos
	Certificação Ambiental
	Quantificação
	Política
	Gastos

Quadro 14: Categoria Responsabilidade Ambiental

- Projetos – identificam projetos existentes e futuros como reflorestamento, aproveitamento de água, energia renováveis e prevenção de emissão de gases.
- Certificação Ambiental – relata a qualificação ambiental de ISO ou demais certificações;
- Quantificação – revela o número de pessoas assistidas e a quantidade de projetos desenvolvidos;
- Política – regras ambientais dentro da companhia com os funcionários e demais membros;
- Gastos – demonstra o valor do investimento monetariamente.

15 – Demonstrações Financeiras

Relata todos os demonstrativos contábeis.

Categoria	Subcategorias
15. Demonstrações Financeiras	Balanços Patrimoniais
	Do Resultado
	Das Origens e Aplicações de Recursos
	Do Patrimônio Líquido
	Do Fluxo de Caixa
	Do Valor Adicionado
	Notas Explicativas
	Parecer dos Auditores Independentes
	Parecer do Conselho Fiscal
	Balanco Social

Quadro 15: Categoria Demonstrações Financeiras e Subcategorias

- Balanços Patrimoniais – relatam a posição financeira e patrimonial da empresa em um determinado período, ou encerramento do exercício social.
- Do resultado - apresenta as despesas, as receitas, ganhos e perdas, e define o lucro e o prejuízo da companhia.
- Das Origens e Aplicações de Recursos – evidenciam as origens de recursos e as aplicações de recursos que geram e consomem recursos da empresa.
- Das Mutações Patrimônio Líquido – declara as mutações do Patrimônio líquido.
- Do Fluxo de Caixa – demonstra as movimentações de fluxo de caixa de todo o período do exercício social.
- Do Valor Adicionado – divulga o valor da riqueza gerada pela empresa e a distribuição da mesma.
- Notas Explicativas – esclarecem a situação patrimonial e os resultados do exercício, de forma a elucidar o entendimento dos demonstrativos.
- Parecer dos Auditores Independentes – consta a responsabilidade da administração e assinatura do contador responsável, na sequência a assinatura dos auditores responsáveis, após a revisão dos demonstrativos.
- Parecer do Conselho Fiscal – Relata o parecer do conselho e, geralmente, é publicado para assembleia dos acionistas.
- Balanço Social – demonstra o resultado ambiental e social.

Análises das evidências

A análise de conteúdo possibilitou inferir que os Relatórios Anuais das empresas, que compõem a amostra, apresentam um conteúdo claro, objetivo e adequado, já que atendem aos itens obrigatórios da Lei nº 6.404/76 e aos itens recomendados pela CVM no parecer de orientação nº 15/87. Também foram identificadas categorias de informações voluntárias, que informam sobre os recursos intangíveis, a gestão de riscos, o perfil da empresa, seus valores corporativos e balanço social. Isso contribuiria para a redução de assimetria de informação entre a empresa e os investidores. A grande maioria das empresas que compõem a amostra evidenciou as informações obrigatórias pela Lei nº 11.638/07, mesmo que essa lei tenha entrado em vigor no ano de 2008, após a publicação dos relatórios anuais analisados, revelando que essas já utilizavam estas ferramentas para divulgar suas informações.

Os Relatórios Anuais dessas empresas apresentam uma estrutura de evidenciação de informações, segundo recomendação teórica, em que apresentam o perfil corporativo, desempenho setorial e econômico-financeiro. Essa estrutura apresenta uma visão ampla de todas as informações evidenciadas pela empresa, o

que pode propiciar aos acionistas e aos investidores melhores condições de análise para o processo decisório de alocação de seus recursos.

Verificou-se a incidência das categorias e suas respectivas subcategorias de informações, ou seja, após a categorização das informações leu-se novamente os Relatórios Anuais das companhias, observando os itens sinalizados pelas mesmas. Com isso, observou-se que grande parte das empresas estava evidenciando com qualidade e em quantidade as informações, devido à sinalização dos itens categorizados.

Além disso, constatou-se que as empresas não estão voltadas somente a atender a legislação, pois além de evidenciar os itens considerados obrigatórios por Lei, estão evidenciando, voluntariamente, outras informações, de modo a contribuir com usuários no processo decisório. Os relatórios dessas também apresentam gráficos ilustrando as informações, e contêm uma linguagem narrativa ou menos técnica, além de apresentar o relatório descrito em Inglês. Atendendo, por sua vez, as exigências da Bovespa, para nível 2 e Novo Mercado de governança corporativa, no entanto, algumas destas eram participantes do nível 1 de governança corporativa.

Quando se relata que as companhias estão apresentando informações com qualidade, entende-se que essas atendem os objetivos da contabilidade, com transparência, comparabilidade, fidedignidade, enfim que são realmente úteis para o processo decisório dos investidores e demais interessados. Somente 12% das empresas analisadas não continham níveis satisfatórios de evidenciação, devido à não incidência de mais da metade dos itens categorizados, demonstrando que as demais estão engajadas em fornecer informações inteligíveis que influenciem a tomada de decisão.

Neste contexto, observou-se por meio das categorias identificadas que as empresas da amostra apresentavam práticas de governança corporativa, com intuito de reduzir a assimetria informacional, com políticas de transparência e igualdade de direitos, e ainda relatavam a presença de auditoria interna e externa, contemplando a teoria da agência.

Considerações finais

Objetivou-se identificar as categorias e as subcategorias de informações evidenciadas nos relatórios anuais das empresas, classificadas como: nível 1, nível 2 e Novo Mercado de governança corporativa, no mercado de capitais brasileiro, pela BM&FBovespa. Nesse sentido, o estudo possibilitou identificar quinze categorias e noventa subcategorias de informações evidenciadas pelas empresas que compõem a amostra. Também, através da análise das informações evidenciadas, verificou-se o estágio em que as companhias aqui no Brasil estão em relação à Lei e aos demais órgãos regulamentadores, no que se refere à transparência de informações aos consumidores das mesmas, ou seja, aos usuários.

Há um caminho ainda a percorrer em termos de evidenciação das informações, pois após a categorização das informações, percebe-se que algumas empresas da amostra não sinalizavam níveis considerados satisfatórios de evidenciação. Isso demonstra que se precisa cultivar a ideologia de informar com clareza, qualidade e em quantidade, para que os investidores ou acionistas tenham suas decisões acertadas.

A pesquisa teve suas limitações no que diz respeito à coleta dos Relatórios Anuais das respectivas empresas que participam dos níveis 1, 2 e Novo Mercado da Bovespa, pois devido a disponibilidade dos mesmos nos endereços eletrônicos das companhias foram analisadas somente 47 (quarenta e sete) empresas. Nos diferenciados de governança corporativa da Bovespa participam 165 (cento e sessenta e cinco) companhias, oportunizando futuras pesquisas em relação às empresas que não foram estudadas.

Outra limitação estaria dada por ser esta uma pesquisa em nível descritivo. Porém, com a identificação das categorias e subcategorias de informações, novas pesquisas podem ser realizadas em nível explicativo. Ainda, pesquisa no sentido de verificar com os diretores, gerentes ou responsáveis pelas relações com os investidores, se as informações categorizadas no estudo são consideradas relevantes pelos usuários da informação no processo decisório. Também, podem ser realizados futuros estudos, observando se os níveis diferenciados de governança corporativa da Bovespa e de setores de atuação das companhias influenciam na evidenciação de informações aos acionistas ou investidores.

Referências

ABREU, Robson Lopes; RODRIGUES, Fernanda Fernandes; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Análise dos Relatórios de Administração das Companhias Abertas Brasileiras: um Estudo do Exercício Social de 2002. XXVIII ENANPAD, *Anais*. Curitiba - PR: 2004.

BOVESPA. Níveis diferenciados de governança corporativa. Maio/2002. Disponível em <<http://www.bovespa.com.br>>. Acesso em 05 setembro, 2008.

BRASIL. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Manuais de Legislação Atlas. 6. ed, v. 28. São Paulo: Atlas, 1999.

CHAN, Betty Lilian; MARTINS, Gilberto de Andrade; SILVA, Fabiana Lopes da. Destinação de Riqueza aos Acionistas e aos Empregados: Comparação entre Empresas estatais e Privadas do Setor de Serviços Públicos. XXVIII ENANPAD, *Anais*. Curitiba – PR, 2004.

COLARES, Marcelle; PONTE, Vera Maria Rodrigues. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. Revista de Contabilidade & Finanças. São Paulo: n.36, p.7-20, set/dez 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº 785/95, de 28 de julho de 1995. Disponível em: <http://cfcspw.cfc.org.br/scripts/sql_sre.dll/login#>. Acesso em 05 de setembro 2008.

DANTAS, José Alves; NIYAMA, Jorge Katsumi; ZENDERSKY, Humberto Carlos. A dualidade entre os benefícios do *Disclosure* e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. XXVIII ENANPAD, Anais. Curitiba - PR: 2004.

GALLON, Alessandra Vasconcelos. Evidenciação Contábil nos Relatórios da Administração das Empresas Participantes dos Níveis de Governança da Bovespa. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2006.

GOULART, André Moura Cintra. Evidenciação Contábil do risco de Mercado por instituições financeiras no Brasil. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Finanças) da Faculdade de Economia Administração, Ciências Contábeis e Atuárias da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S & VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____; MARTINS, Eliseu; GELBECKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____; _____. Suplemento ao Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. Teoria da Contabilidade. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JENSEN, M.; MECKLING, W. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. Journal of Financial Economics, 1976.

KAYO, Eduardo Kazuo; FAMÁ, Rubens. Teoria de agência e crescimento: evidências empíricas dos efeitos positivos e negativos do endividamento. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 2, n. 5, 2 sem. 1997.

KASSAI, Sílvia; KASSAI, José Roberto; NOSSA, Valcemiro. A teoria do agenciamento e a contabilidade. XXIV ENANPAD, Anais, Florianópolis, 2000.

KIMURA, Herbert; LINTZ, Alexandre Carlos; SUEN, Alberto Sanyuan. Uma contribuição da teoria de opções para a avaliação dos custos máximos de agência. Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo: v.1. n.6, 1º trim./98.

MACAGNAN, Clea Beatriz. Condicionantes e Implicación de Revelar Activos Intangibles. Tesis Doctoral para el Programa de Doctorado en Crecion, Estrategia y Gestión de Empresas. Bellaterra: 2007.

OKIMURA, Rodrigo Takashi. Estrutura de propriedade, governança corporativa, valor e desempenho das empresas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Finanças) da Faculdade de Economia, Administração, Ciências Contábeis e Atuárias da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

PIACENTINI, Neusa. Evidenciação Contábil Voluntária: uma análise da prática adotada por companhias abertas brasileiras. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. Governança Corporativa, Desempenho e Valor da Empresa no Brasil. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Finanças) da Faculdade de Economia Administração, Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

Recebido em 31/05/2011.

Aprovado para publicação em 06/07/2012.

Sobre as autoras:

Vanderléia dos Santos Silva

Bacharel em Ciências Contábeis – bolsista iniciação científica na Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Avenida Unisinos, 950 - Cristo Rei - São Leopoldo – RS– Brasil – CEP: 93022-000.

E-mail: vanderleiass@hotmail.com

Clea Beatriz Macagnan

Doutora em Ciências Contábeis – Coordenadora do Mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Avenida Unisinos, 950 - Cristo Rei - São Leopoldo – RS – Brasil – CEP: 93022-000.

E-mail: cleabeatriz@hotmail.com